



2º Simulado

PCCE

Escrivão e Inspetor de
Polícia - Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado – PC CE (Escrivão e Inspetor)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC-CE;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos da PC CE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/2-SIMULADO-PC-CE-ESCRIVAO-INSPECTOR-03-07>

01 – A B C D E	26 – A B C D E	51 – A B C D E	076 – A B C D E
02 – A B C D E	27 – A B C D E	52 – A B C D E	077 – A B C D E
03 – A B C D E	28 – A B C D E	53 – A B C D E	078 – A B C D E
04 – A B C D E	29 – A B C D E	54 – A B C D E	079 – A B C D E
05 – A B C D E	30 – A B C D E	55 – A B C D E	080 – A B C D E
06 – A B C D E	31 – A B C D E	56 – A B C D E	081 – A B C D E
07 – A B C D E	32 – A B C D E	57 – A B C D E	082 – A B C D E
08 – A B C D E	33 – A B C D E	58 – A B C D E	083 – A B C D E
09 – A B C D E	34 – A B C D E	59 – A B C D E	084 – A B C D E
10 – A B C D E	35 – A B C D E	60 – A B C D E	085 – A B C D E
11 – A B C D E	36 – A B C D E	61 – A B C D E	086 – A B C D E
12 – A B C D E	37 – A B C D E	62 – A B C D E	087 – A B C D E
13 – A B C D E	38 – A B C D E	63 – A B C D E	088 – A B C D E
14 – A B C D E	39 – A B C D E	64 – A B C D E	089 – A B C D E
15 – A B C D E	40 – A B C D E	65 – A B C D E	090 – A B C D E
16 – A B C D E	41 – A B C D E	66 – A B C D E	091 – A B C D E
17 – A B C D E	42 – A B C D E	67 – A B C D E	092 – A B C D E
18 – A B C D E	43 – A B C D E	68 – A B C D E	093 – A B C D E
19 – A B C D E	44 – A B C D E	69 – A B C D E	094 – A B C D E
20 – A B C D E	45 – A B C D E	70 – A B C D E	095 – A B C D E
21 – A B C D E	46 – A B C D E	71 – A B C D E	096 – A B C D E
22 – A B C D E	47 – A B C D E	72 – A B C D E	097 – A B C D E
23 – A B C D E	48 – A B C D E	73 – A B C D E	098 – A B C D E
24 – A B C D E	49 – A B C D E	74 – A B C D E	099 – A B C D E
25 – A B C D E	50 – A B C D E	75 – A B C D E	100 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo / Luciana Uhren

A mulher e o homem

[1] Também é característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo.

[2] Mas a beleza que se quer da mulher, dentro do sistema patriarcal, é uma beleza meio mórbida. A menina de tipo franzino, quase doente. Ou então a senhora gorda, mole, caseira, maternal, coxas e nádegas largas. Nada do tipo vigoroso e ágil de moça, aproximando-se da figura do rapaz. O máximo de diferenciação de tipo e de traje entre os dois sexos.

[3] Talvez nos motivos psíquicos de preferência por aquele tipo de mulher mole e gorda se encontre mais de uma raiz econômica: principalmente o desejo, dissimulado, é claro, de afastar-se a possível competição da mulher no domínio, econômico e político, exercido pelo homem sobre as sociedades de estrutura patriarcal.

[4] A exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mas notadamente do tipo patriarcal-agrário - tal como o que dominou longo tempo no Brasil - convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino.

[5] O padrão duplo de moralidade, característico do sistema patriarcal, dá também ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, num tipo de sociedade Católica como a brasileira, ao contato com o confessor.

[...]

[6] A extrema diferenciação e especialização do sexo feminino em "belo sexo" e "sexo frágil", fez da mulher de senhor de engenho e de fazenda e mesmo da iaiá de sobrado, no Brasil, um ser artificial, mórbido [...].

[7] Ainda assim, houve figuras magníficas de mulheres criadoras, dentro dos sobrados, como no interior das casas-grandes. Como já salientamos, em capítulo anterior, às primeiras senhoras de engenho, mulheres vindas de Portugal, deve-se uma série de comodidades de habitação e de vida, de assimilações e de adaptações felizes, de valores de culturas ancilares à imperial. Assimilações, adaptações e combinações de valores que logo distinguiram as zonas de colonização por gente casada daquelas em que os portugueses se estabeleceram sozinhos, solteiros, ou quase sem mulher branca. É que nos primeiros tempos de colonização do litoral, todos os colonos, homens e mulheres, com uma formidável terra virgem a dominar, a mulher gozou de uma liberdade maior de ação. E essa maior liberdade de ação se exprimiu naquele conjunto de atividades criadoras. Foi nesse período de relativa indiferenciação, que uma capitania poderosa - a Nova Lusitânia - chegou a ser governada por uma ilustre matrona: D. Brites, mulher de Duarte Coelho.

[8] Mas através de toda a época patriarcal - época de mulheres franzinas o dia inteiro dentro da casa, cosendo, embalando-se na rede, tomando o ponto dos doces, gritando para as mulecas, brincando com os periquitos, espionando os homens estranhos pela frincha das portas, fumando cigarro e às vezes charuto, parindo, morrendo de parto; através de toda a época patriarcal, houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social, e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens. Energia para administrar fazendas, como as Donas Joaquinas do Pompeu; energia para dirigir a política partidária da família, em toda uma região, como as Donas Franciscas do Rio Formoso; energia guerreira, como a das matronas pernambucanas que se distinguiram durante a guerra contra os holandeses, não só nas duas marchas, para as Alagoas e para a Bahia, pelo meio das matas e atravessando rios fundos, como em Tejucupapo, onde é tradição que elas lutaram bravamente contra os hereges.

(FREYRE, G. A mulher e o homem. In: **Sobrados e mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 93-95).

1. A partir da leitura do texto e do ponto de vista do autor, é possível compreender que a diferenciação estabelecida entre homens e mulheres durante o regime patriarcal

a) se restringia à aparência física e aos trajes.

- b) limitava a participação do homem na vida das mulheres.
- c) envolvia aspectos físicos, sociais e morais.
- d) relegava as mulheres ao papel de administradoras de fazendas.
- e) definia as mulheres como portadoras de grande padrão de beleza.

2. A sociedade patriarcal é marcada, segundo o autor, por um padrão duplo de moralidade que

- a) se refere ao comportamento sexual de homens e mulheres.
- b) define a participação social de mulheres e homens.
- c) distingue o tipo de liderança exercida por homens e mulheres.
- d) diferencia a participação política de mulheres e homens.
- e) se relaciona à sexualidade e à participação social de homens e mulheres.

3. No trecho "*Ainda assim, houve figuras magníficas de mulheres criadoras*" (7o§) o autor

- a) amplia a argumentação sobre a mulher como sexo frágil na sociedade patriarcal.
- b) inicia uma explanação oposta àquela feita anteriormente no texto.
- c) discute o modo como as mulheres eram relegadas às tarefas domésticas.
- d) contrapõe fatos presentes em época diferente daquela exposta no início do texto.
- e) combina situações diferentes para demonstrar a dominação masculina na sociedade patriarcal.

4. Considerando os vocábulos em destaque; assinale a alternativa cuja sugestão de substituição comprometeria o sentido original atribuído no texto.

- a) "[...] é uma beleza meio **mórbida**." (2o§) / enérgica.
- b) "[...] dá também ao homem todas as **oportunidades** de iniciativa [...]" (5o§) / ocasiões favoráveis.
- c) "[...] valores que logo **distinguiram** as zonas de colonização por gente casada [...]" (7o§) / diferenciaram.
- d) "[...] a mulher **gozou** de uma liberdade maior de ação." (7o§) / desfrutou.

e) "[...] mulheres **franzinas** o dia inteiro dentro da casa [...]" (8o§) / delgadas.

5. Em "*Talvez nos motivos psíquicos de preferência por aquele tipo de mulher mole e gorda se encontre mais de uma raiz econômica: principalmente o desejo, dissimulado, **é claro**, de afastar-se a possível competição da mulher no domínio, econômico e político, exercido pelo homem [...]*" (3o§), a expressão "é claro" foi empregada com o objetivo de

- a) inserir uma expressão de retificação da sentença anterior que aparece entre vírgulas.
- b) estabelecer uma relação de explicação entre as sentenças
- c) introduzir uma nova informação na sentença.
- d) empregar uma expressão que indica que a dissimulação do desejo dos homens é evidente.
- e) introduzir uma oração subordinada que explica a sentença anterior.

6. Em "*[...] brincando com os periquitos, espiando os homens estranhos pela frincha das portas, fumando cigarro e **às** vezes charuto [...]*" (8o§) o acento indicativo de crase

- a) foi usado por se tratar de uma locução adverbial de instrumento.
- b) é de uso opcional por se tratar de expressão feminina.
- c) é indevido, pois se trata apenas de um artigo seguido por palavra feminina (vezes).
- d) foi usado por se tratar de uma locução adverbial de tempo.
- e) não deve ocorrer antes de palavras no plural.

7. O verbo haver apresenta diversas características e, no trecho "*[...] houve figuras magníficas de mulheres criadoras, dentro dos sobrados, como no interior das casas-grandes.*" (7o§), o verbo está de acordo com as normas gramaticais da língua portuguesa assim como em

- a) Devem haver muitas discussões entre homens e mulheres.
- b) Eles haviam combinado de sair mais tarde.
- c) Os conflitos que haviam na sociedade eram muitos.

- d) É melhor que você haja com prudência.
- e) Sempre não de haver disputas pelos direitos sociais.

8. Dentre os pares de palavras a seguir, identifique aquele em que as palavras recebem acentuação gráfica por justificativas diferentes

- a) possível / econômico.
- b) psíquicos / características.
- c) preferência / domínio.
- d) através / convém.
- e) ágil / frágil.

9. A palavra que foi usada em sentido figurado aparece destacada em

- a) "*Também é característico do regime patriarcal [...]*" (1o§).
- b) "*A menina de tipo franzino, quase doente [...]*" (2o§).
- c) "*[...] houve figuras magníficas de mulheres criadoras [...]*" (7o§).
- d) "*[...] a mulher gozou de uma liberdade maior de ação [...]*" (7o§).
- e) "*[...] em quem explodiu uma energia social [...]*" (8o§).

10. As vírgulas em "*Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino*" (4o§) foram empregadas

- a) unicamente para isolar termos explicativos.
- b) para isolar oração adjetiva e termo explicativo.
- c) para separar itens de uma lista e isolar um adjunto adverbial.
- d) para isolar, unicamente, elementos de uma lista.
- e) para destacar a oração subordinada adjetiva explicativa.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

11. Com relação ao LibreOffice Writer, considere as afirmativas abaixo:

I. A opção de Sublinhado permite aplicar variações desse efeito, como, por exemplo, sublinhado duplo, através do comando CTRL+D.

II. O recurso de "Nota de Rodapé" cria uma função de cálculo no final de cada página do documento, de acordo com os valores apresentados durante a edição do texto.

III. Clicando-se seguidamente 3x em uma palavra de um parágrafo, sempre a opção realizará a seleção do parágrafo por completo.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

12. No aplicativo LibreOffice Writer, instalação padrão em Português-BR, assinale a alternativa que apresenta o comando em atalho referente a ação de aplicar a formatação Sublinhado Duplo em uma palavra que esteja selecionada:

- a) Ctrl + Shift + U
- b) Ctrl + B
- c) Ctrl + Alt + B
- d) Ctrl + D
- e) Alt + Shift + seta para baixo

13. Considerando que em uma planilha do LibreOffice Calc, e observando os valores apresentados na figura abaixo, o resultado da fórmula =SOMA(A1:D1)+SE(MÉDIA(A3:B3)>5; 3; 5), quando for aplicada em uma célula fora do intervalo utilizado é:

	A	B	C	D
1	1	5	4	2
2	2	6	3	6
3	3	7	3	4
4	4	8	1	5
5				

- a) 15
- b) 16
- c) 17
- d) 18
- e) 19

14. O webmail é um recurso utilizado para a troca de mensagens via web usando normalmente um provedor de e-mails de empresas especializadas em fornecer esse serviço. Quando se

- a) encaminha uma mensagem que possui um arquivo anexo, por padrão somente a mensagem é encaminhada, sem o anexo.
- b) envia uma mensagem com uma pessoa em cópia oculta (Cco), essa pessoa consegue ver quem são as demais pessoas que também estão em cópia oculta.
- c) envia uma mensagem com diversas pessoas em cópia (Cc), cada pessoa em cópia consegue saber que há outras pessoas em cópia.
- d) responde a uma mensagem em que havia uma pessoa em cópia oculta (Cco), essa pessoa também recebe a resposta em cópia oculta.
- e) responde a uma mensagem que tem um arquivo anexo, por padrão o anexo também é enviado com a resposta.

15. No browser Firefox, um atalho de teclado permite adicionar a página atual (aquela que está exibida na tela) aos Favoritos. Esse atalho de teclado é:

- a) Ctrl + F.
- b) Ctrl + D.
- c) Ctrl + A.
- d) Ctrl + T.
- e) Ctrl + V

16. Os browsers web são utilizados em computação para que o usuário interaja com os sites criados em HTML. Várias páginas da internet utilizam Pop-ups, que é corretamente classificado como:

- a) Vídeos reproduzidos em navegadores de internet, como, por exemplo, o YouTube;
- b) Um recurso que ao abrir uma página ela emite uma janela menor, onde pode ser exposto informações, propagandas e anúncios;
- c) Softwares instalados junto ao navegador, aumentando sua capacidade de execução de atividades;
- d) Recurso de segurança que previne contaminação de malwares durante os acessos a páginas web;
- e) Forma de navegação que não salva no computador as informações das visitas, como o histórico de acesso, por exemplo.

17. O sistema operacional Windows 10 possui um recurso que auxilia na proteção do computador, por meio de avaliações periódicas no disco do computador, na tentativa de encontrar spywares e programas indesejáveis. Esse recurso é o

- a) Firewall do Windows.
- b) Norton Utilities.
- c) Windows Defender.
- d) Windows AntiSpyware.
- e) Windows Update.

18. O Sistema Operacional Linux é considerado um programa código fonte aberto, desenvolvido e mantido por colaboradores voluntários espalhados pelo mundo. O Linux utiliza a licença GPL que foi criada pela Free Software Foundation. São liberdades que esta entidade defende, EXCETO:

- a) Executar o programa para qualquer propósito.
- b) Distribuir cópias de forma que o usuário possa ajudar o seu próximo.
- c) Estudar como o programa funciona, porém não é permitido qualquer adaptação.
- d) Melhorar o programa e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie.
- e) Adaptar o código fonte para as suas necessidades.

19. Sobre segurança da informação e técnicas de pragas maliciosas, assinale o item correto.

- a) Entre as operações de segurança por antispyswares e antivírus não existem semelhanças para encontrar malwares.
- b) Um sistema de segurança empregado por Firewall possui regras definidas, aceitando ou descartando os pacotes de dados que passam pela rede.
- c) Instalar um sistema de antivírus e mantê-lo atualizado é o suficiente para garantir a segurança de um computador.
- d) Vírus é um programa autossuficiente, capaz de se propagar automaticamente pela rede.
- e) Worm é um tipo específico de vírus, que pode capturar todo conteúdo digitado no computador.

20. Além de ser usado para verificar transações com criptomoedas, como Bitcoin, a função hash é usada em assinaturas digitais, para

- a) garantir a integridade do documento assinado.
- b) aumentar o tempo de autenticação da assinatura.

- c) gerar um valor aleatório de tamanho variável.
- d) garantir a autenticidade do documento assinado.
- e) sempre gerar um resumo de 256 bits.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

21. O Direito Penal brasileiro considera como momento do cometimento do crime

- a) desde o seu planejamento.
- b) quando atingido o resultado pretendido.
- c) o momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- e) quando chega ao conhecimento das autoridades competentes.
- e) o momento do cometimento do crime é irrelevante para o Direito Penal

22. Segundo dispõe o artigo 7º, inciso I, do Código Penal, fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime

- a) de genocídio, ainda que o agente seja estrangeiro e não resida no Brasil.
- b) contra o patrimônio do Presidente da República.
- c) contra a liberdade de Ministro das Relações Exteriores.
- d) contra o patrimônio de fundação instituída pelo Poder Público.
- e) contra a vida de empregado de Sociedade de Economia Mista.

23. Dois colombianos explodiram bombas em uma agência do Banco do Brasil, sediada em Nova Iorque (Estados Unidos da América), para acessar os valores que lá se encontravam. Nessa hipótese, ambos estão sujeitos à aplicação da lei penal brasileira por se tratar de uma hipótese de

- a) territorialidade temperada.
- b) extraterritorialidade condicionada, dada a incidência do princípio da nacionalidade ativa.

- c) extraterritorialidade incondicionada, dada a incidência do princípio real.
- d) extraterritorialidade incondicionada, dada a incidência do princípio da bandeira.
- e) extraterritorialidade condicionada, dada a incidência do princípio cosmopolita.

24. Quando um sujeito dispara um projétil de arma de fogo contra um indivíduo, mas acaba ferindo mortalmente apenas o sujeito que se encontrava ao lado, ele responderá por

- a) homicídio consumado e por tentativa de homicídio.
- b) duplo homicídio.
- c) homicídio culposo.
- d) homicídio por dolo eventual.
- e) homicídio como se tivesse acertado o destinatário pretendido.

25. No Direito Penal brasileiro, o chamado estado de necessidade é

- a) causa de agravamento da pena.
- b) causa de exclusão de ilicitude.
- c) quando o agente pratica o delito para satisfazer uma necessidade pessoal.
- d) causa de perdão judicial.
- e) quando o agente atua em legítima defesa.

26. No que se refere à imputabilidade penal, em regra, o direito penal brasileiro adota o sistema

- a) biopsicológico.
- b) psicológico.
- c) psicanalítico.
- d) biológico.
- e) biopsicanalítico.

27. Considerando as disposições do Código Penal em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

- b) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

28. Acerca dos crimes contra a pessoa, disciplinados no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) São crimes contra a pessoa: o homicídio, o infanticídio, o aborto e o latrocínio.
- b) A pena mínima do infanticídio é maior do que a pena mínima do homicídio simples doloso
- c) Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- d) O aborto com consentimento é sempre permitido até o terceiro mês da gestação.
- e) O estupro é um crime previsto no título dos crimes contra a pessoa

29. Sobre os crimes contra a honra, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Não constitui injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.
- b) São crimes contra a honra: a difamação, a ameaça e a injúria.
- c) A exceção da verdade é um instituto exclusivo da calúnia.
- d) A retratação da injúria pelo agente antes da sentença o isenta de pena.
- e) Os crimes contra a honra são, como regra, condicionados a representação do ofendido.

30. De acordo com o art. nº 129 do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Perigo de vida não é considerado lesão corporal.
- b) Aborto é lesão corporal de natureza grave.
- c) Uma criança que sofreu lesão corporal que a incapacita para as ocupações habituais por 20 dias se enquadra nesse art. 129 do CPB.
- d) Incapacidade permanente para o trabalho é lesão grave.
- e) Considera-se lesão corporal seguida de morte quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

31. O Código Penal Brasileiro estabelece, em seu artigo 137, o crime de rixa, especificamente apresentando os elementos a seguir. Participar de rixa, salvo para separar os contendores: pena – detenção, de 15 dias a dois meses, ou multa. Com base no exposto, quanto à classificação das infrações penais, é correto afirmar que a rixa é um crime

- a) de mão própria.
- b) permanente.
- c) culposo.
- d) omissivo.
- e) plurissubjetivo.

32. Referente aos crimes contra o patrimônio do Código Penal, assinale a alternativa correta

- a) A extorsão mediante sequestro é um crime permanente.
- b) O agente que arromba a porta do veículo e o furta responde por furto qualificado.
- c) O agente que arromba a porta do veículo e furta um celular que estava em seu interior responde por furto simples.
- d) A extorsão se consuma no momento da obtenção da vantagem.
- e) A extorsão mediante sequestro será qualificada se dura mais de 15 dias.

33. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- a) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- b) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- c) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- d) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- e) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

34. E. L. P. pegou o carro de M. A. V., com devida anuência, para limpeza no lava a jato. Após a lavagem, E. L. P. decidiu não mais devolver o carro e sumiu. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa que indica o crime praticado por E. L. P.

- a) Furto qualificado pela fraude
- b) Apropriação indébita
- c) Estelionato
- d) Furto simples
- e) Roubo simples

35. Estupro de vulnerável é ter

- a) conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos.
- b) conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com mulher entre 16 e 21 anos.
- c) conjunção carnal não consentida com mulher entre 14 e 18 anos.
- d) conjunção carnal não consentida com mulher entre 14 e 21 anos.
- e) conjunção carnal, mesmo que seja consentida, com mulher entre 14 e 16 anos.

36. Em relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Se o funcionário público se apropria de bem particular de quem tem a posse em razão do cargo, comete furto e não peculato, pois esse último só se configura em caso de subtração de bem público.
- b) Ao contrário do furto, o peculato admite a figura culposa.
- c) É pressuposto da prevaricação a obtenção de vantagem econômica.
- d) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, apenas quem exerce cargo, função ou emprego público de forma efetiva e remunerada.
- e) A pena será aumentada da metade quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

37. O crime de posse de drogas para uso pessoal (art. 28 da Lei nº 11.343/2006) está submetido à pena de

- a) reclusão em regime fechado.
- b) advertência sobre os efeitos das drogas.
- c) liberdade assistida.
- d) perda de bens e valores.
- e) detenção em regime aberto.

38. Em inovação legislativa, a Lei nº 11.343/06, em seu art. 33, §4º, trouxe a figura do tráfico privilegiado, em especial para mitigar a severa punição do tráfico de drogas para o chamado “traficante de primeira viagem”. Sobre as previsões da Lei nº 11.343/06 sobre o tema e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) a condenação por tráfico, ainda que privilegiado e com pena inferior a 4 anos, não permite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos;

- b) o benefício do tráfico privilegiado poderá ser aplicado ainda que o agente seja, também, condenado pelo crime de associação para o tráfico;
- c) a quantidade de drogas poderá ser considerada no momento da aplicação da pena base, mas não a natureza do material apreendido;
- d) o regime inicial de cumprimento de pena, diante do tráfico privilegiado, deverá ser necessariamente o fechado;
- e) o tráfico privilegiado poderá ser reconhecido mesmo diante da figura do tráfico majorado.

39. Quanto aos crimes de tortura, correto afirmar que

- a) punível aquele que se omite em face da tortura, ainda que sem o dever legal de evitá-la ou apurá-la.
- b) todos são classificados como próprios, segundo expressa disposição legal.
- c) o condenado sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- d) sujeito à jurisdição penal brasileira o estrangeiro que venha a torturar brasileiro fora do território nacional.
- e) a condenação acarretará a interdição de cargo, função ou emprego público pelo triplo do prazo da pena aplicada.

40. A respeito da Lei no 9.455/1997 (Lei da Tortura), assinale a alternativa correta.

- a) A consumação se dá com o emprego de meios violentos, ocasionando sofrimento físico ou mental, englobando, inclusive, o mero aborrecimento, o qual é apto a configurar o crime de tortura.
- b) A tortura-castigo exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o passivo.
- c) A diferenciação entre a tortura e os maus-tratos é o elemento subjetivo. No crime de maus-tratos, não há o animus corrigendi, disciplinandi, já no crime de tortura, o agente tem esse ânimo, além de agir com ódio, com vontade de ver um sofrimento desnecessário, com sadismo.

d) O objeto jurídico tutelado pela norma penal no crime de tortura é apenas a integridade corporal e a saúde física.

e) O dolo específico não constitui elemento fundamental para a configuração das modalidades do crime de tortura previstas no art. 1o da Lei no 9.455/1997.

LEGISLAÇÃO PENAL ESTRAVAGANTE

Fernando Bezerra

41. De acordo com o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), são competências do Sistema Nacional de Armas, EXCETO:

- a) cadastrar as apreensões de armas de fogo, com exceção das vinculadas a procedimentos policiais.
- b) identificar as modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo.
- c) cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País.
- d) identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro.
- e) cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal.

42. De acordo com a Lei n. 11.343/2006, em relação ao comportamento previsto no art. 28, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de descumprimento injustificado, prevê a conversão da pena de prestação de serviços à comunidade em pena de detenção;
- b) Teve a conduta descriminalizada;
- c) O crime continua previsto, apesar da punição ter sido atenuada;
- d) Houve abolitio criminis;
- e) A pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, devido ao agravamento da punição da conduta.

43. Acerca da Lei n. 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa correspondente à verdadeira.

- a) Existem tipos penais culposos na lei de abuso de autoridade.

b) Os tipos penais de abuso de autoridade são configurados pela prática da conduta descrita na norma legal sem a necessidade de qualquer finalidade especial de agir.

c) O crime de abuso de autoridade pode se configurar caso ocorra retificação por instância revisora de posicionamento adotado por órgão jurisdicional inferior.

d) O sujeito passivo dos crimes de abuso de autoridade restringe-se apenas ao Estado, não acolhendo o cidadão.

e) O bem jurídico tutelado pelas figuras típicas de abuso de autoridade manifestam dupla abrangência, pois ao mesmo tempo protegem as garantias e direitos dos cidadãos e a própria regularidade da prestação dos serviços públicos.

44. De acordo com a Lei 13.964/19 e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta quanto ao regime de cumprimento de pena e progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados a hediondos:

a) O condenado em crime hediondo obrigatoriamente cumprirá a pena em regime inicial fechado, progredindo de regime após cumprimento de 40% da pena, se primário, e 60% da pena, se reincidente.

b) Poderá um condenado em crime hediondo cumprir sua pena em regime semiaberto, desde que preenchidos os requisitos legais, progredindo de regime após cumprimento de 50% da pena, se primário, e 60% da pena, se reincidente.

c) Um condenado em crime hediondo poderá cumprir sua pena em qualquer regime de cumprimento de pena, obedecendo os critérios legais, podendo progredir desde que cumpra 40% da pena, se primário, e 60% da pena, se reincidente.

d) Poderá um condenado em crime hediondo cumprir sua pena em regime semiaberto, desde que preenchidos os requisitos legais, progredindo de regime após cumprimento de 2/5 da pena, se primário, e 3/5 da pena, se reincidente.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

45. Acerca da Lei 9.455/97 (Lei Antitortura), assinale a alternativa correta.

a) Todos os crimes de tortura são culposos.

b) O crime de tortura é apurado mediante ação penal pública incondicionada.

c) O crime de tortura é afiançável e insuscetível de graça ou anistia.

d) A condenação de agente público pela prática de tortura acarretará a suspensão do cargo, função ou emprego público por quatro anos.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

46. Em relação à Lei Maria da Penha, julgue os itens abaixo.

1. Não se aplica a Lei 9.099/95.

2. É admitida a imposição de pagamento de multa cumulada com uma sanção penal.

3. Todos os crimes procedem mediante ação penal pública incondicionada.

4. É cabível a suspensão condicional da pena.

Assinale a assertiva correta.

a) Somente os itens 1, 2 e 4 são verdadeiros.

b) Somente os itens 1 e 2 são verdadeiros.

c) Somente os itens 3 e 4 são verdadeiros.

d) Somente os itens 2 e 3 são verdadeiros.

e) Todos os itens são verdadeiros.

47. Acerca da organização criminosa, julgue os itens abaixo.

I. Exige permanência e estabilidade;

II. Trata-se de delito plurissubjetivo;

III. Exige a repartição formal de tarefas entre os seus membros;

Assinale a sequência correta.

a) V, F, V

b) F, V, V

c) V, V, V

d) V, F, F

e) V, V, F

48. Sobre o instituto da ação controlada e a Lei 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), é possível afirmar que:

1. É uma técnica de atuação semelhante ao flagrante esperado;

2. Consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, independentemente de prévia comunicação ao juiz, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

3. A comunicação acerca da ação controlada deverá ser sigilosa, sem conter informações que indiquem a operação a ser efetuada.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) 1 e 3
- b) 2 e 3
- c) 1 e 2
- d) 2
- e) 3

49. Quanto às regras previstas na Lei 8.072/90 e Lei 13.964/19, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de roubo é hediondo em todas as suas modalidades;
- b) O crime de roubo só admite hediondez quando perpetrado na modalidade latrocínio;
- c) O pacote anticrime (Lei 13.964/19) não operou modificações quanto à incidência de hediondez às modalidades do crime de roubo;
- d) O crime de roubo somente será considerado hediondo quando qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

50. Com relação a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas abaixo.

1. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.

2. Considera-se ato infracional a conduta descrita apenas como contravenção penal.

3. Caso o adolescente pratique ato infracional, a autoridade competente poderá lhe aplicar prestação de serviços à comunidade por um período de um ano. Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as alternativas 1 e 3 estão corretas.
- b) Somente as alternativas 2 e 3 estão corretas.
- c) Somente as alternativas 1 e 2 estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

51. O CPP brasileiro estabelece que a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos que já estão em curso, mas não prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Tal previsão consagra a adoção do princípio:

- a) do efeito imediato da lei processual penal
- b) da retroatividade benéfica
- c) misto
- d) da aplicação plena
- e) da unidade processual

52. A lei processual penal:

- a) admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito
- b) admitirá interpretação extensiva, mas não aplicação analógica
- c) admitirá aplicação analógica, mas não interpretação extensiva
- d) admitirá aplicação analógica apenas quando benéfica ao agente
- e) não admitirá interpretação extensiva, nem aplicação analógica

53. Num Estado democrático de Direito, o Juiz deve ser equidistante das partes, não podendo pender para a acusação ou para a defesa. O Juiz não é acusador, e também não é defensor do acusado. Por conta disso, alguns princípios são estabelecidos para a preservação da necessária imparcialidade do julgador. Um deles estabelece que é necessário que o Judiciário apenas receba as demandas que são a ele levadas, sendo vedado ao Juiz dar início ao processo. A isso dá-se o nome de princípio:

- a) do Juiz natural
- b) da indisponibilidade
- c) da identidade física do Juiz
- d) da par conditio
- e) da inércia

54. Em se tratando de crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, praticado contra agência da Caixa Econômica Federal situada em Fortaleza-CE, o inquérito policial conduzido pelo competente delegado de polícia federal deverá ser concluído no prazo de:

- a) 15 dias, preso ou solto o indiciado
- b) 10 dias, preso ou solto o indiciado
- c) 10 dias, se preso o indiciado, e 30 dias, se solto o indiciado
- d) 10 dias, se preso o indiciado, e 60 dias, se solto o indiciado
- e) 15 dias, se preso o indiciado, e 30 dias, se solto o indiciado

55. Analise as assertivas a seguir:

I – Nos crimes de ação penal privada o inquérito poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial

II - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos.

III – O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra

IV – Arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, não será possível a retomada futura das investigações, ainda que haja notícia da existência de prova nova.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) II e III
- b) I, III e IV
- c) III
- d) II e IV
- e) II

56. A autoridade policial procedeu à instauração do inquérito policial, de ofício, após tomar conhecimento de que José teria praticado um crime de estelionato contra Maria, moça de 23 anos. No curso das investigações, o advogado do investigado teve o acesso aos autos do IP negado pelo delegado, ao argumento de se tratar de procedimento sigiloso.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que a autoridade policial

- a) agiu incorretamente ao instaurar o inquérito policial de ofício, por se tratar de crime de ação penal pública condicionada à representação, mas agiu corretamente ao negar ao defensor do investigado o acesso aos autos do inquérito
- b) agiu corretamente ao instaurar o inquérito policial de ofício, por se tratar de crime de ação penal pública incondicionada, bem como agiu corretamente ao negar ao defensor do investigado o acesso aos autos do inquérito
- c) agiu corretamente ao instaurar o inquérito policial de ofício, por se tratar de crime de ação penal pública incondicionada, mas agiu incorretamente ao negar ao defensor do investigado o acesso aos autos do inquérito
- d) agiu incorretamente ao instaurar o inquérito policial de ofício, por se tratar de crime de ação penal privada, bem como agiu incorretamente ao negar ao defensor do investigado o acesso aos autos do inquérito, pois, apesar de ser sigiloso o inquérito policial, é direito do defensor ter acesso aos elementos de prova já documentados nos autos do inquérito.
- e) agiu incorretamente ao instaurar o inquérito policial de ofício, por se tratar de crime de ação penal pública condicionada, bem como agiu incorretamente ao negar ao defensor do investigado o acesso aos autos do inquérito, pois, apesar de ser sigiloso o inquérito policial, é direito do defensor ter acesso aos elementos de prova já documentados nos autos do inquérito.

57. Em determinado crime de furto qualificado pela destruição de obstáculo, praticado durante o repouso noturno, houve a prisão em flagrante do infrator. Em seu interrogatório em sede policial, o preso confessou a prática do crime.

Nesse caso:

- a) será dispensável o exame de corpo de delito, ante a confissão do imputado
- b) a confissão do imputado não acarretará dispensa do exame de corpo de delito

- c) o exame de corpo de delito deverá ser realizado por dois peritos oficiais
- d) o exame de corpo de delito deverá ser realizado no próximo dia útil, no período diurno
- e) ainda que não houvesse confissão do imputado, seria dispensável o exame de corpo de delito

58. Determinado cidadão, ao presenciar a prática de um crime de roubo, iniciou imediata perseguição ao infrator, tendo-o capturado logo após a infração, de forma que foi recuperada a res furtiva (coisa subtraída):

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) houve flagrante ficto
- b) houve flagrante próprio
- c) houve flagrante impróprio ou quase-flagrante
- d) houve flagrante esperado
- e) não houve flagrante válido, pois a perseguição foi realizada por um cidadão comum

59. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese em que será possível a decretação da prisão preventiva, caso presentes os requisitos legais:

- a) quando se tratar de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 02 anos de privação da liberdade
- b) se o agente for reincidente em crime doloso ou culposo.
- c) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência
- d) quando não houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa
- e) se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato amparado pela legítima defesa

60. Estabelece o CPP que o “Juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos

colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”. Tal previsão consagra a adoção no Brasil, como regra, do sistema:

- a) da persuasão racional
- b) da certeza moral do legislador
- c) da prova tarifada
- d) da íntima convicção
- e) da taxatividade

61. Júlio, advogado, foi arrolado pelo Ministério Público como testemunha em determinado processo criminal. O MP justificou o pedido de oitiva de Júlio ao argumento de que ele teria sido o anterior advogado do réu, motivo pelo qual teria conhecimento dos fatos a ele confidenciais pelo acusado.

Nesse caso, é correto afirmar que Júlio:

- a) é dispensado de depor
- b) é proibido de depor, em qualquer caso
- c) é proibido de depor, mas, se autorizado pelo interessado, deverá depor
- d) é proibido de depor, mas se autorizado pelo interessado, Júlio poderá, caso queira, prestar seu depoimento.
- e) é obrigado a depor, como qualquer testemunha

62. A autópsia, conforme previsto no Código de Processo Penal:

- a) será realizada pelo menos 6h depois do óbito, ainda que haja evidência clara dos sinais de morte
- b) será realizada pelo menos 6h depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- c) será realizada pelo menos 12h depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- d) será realizada pelo menos 12h depois do óbito, ainda que haja evidência clara dos sinais de morte
- e) será realizada pelo menos 24h depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte,

julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

63. Quando a autoridade policial recebe notícia de que será praticada uma determinada infração penal e se posiciona para realizar a prisão em flagrante no exato momento da prática do crime, é correto afirmar que há:

- a) flagrante preparado
- b) flagrante esperado
- c) flagrante provocado
- d) flagrante retardado
- e) flagrante impróprio

64. Determinado agente foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de extorsão (art. 158 do CP). O Juízo recebeu a denúncia e, após manifestação do MP, decretou a prisão temporária do réu pelo prazo de 05 dias, sem ouvir antes a defesa.

Nesse caso, a decisão do magistrado foi:

- a) correta
- b) incorreta, pois deveria o Juiz ter ouvido previamente a defesa
- c) incorreta, pois não cabe prisão temporária em relação ao crime praticado
- d) incorreta, pois o prazo mínimo é de 10 dias
- e) incorreta, pois não cabe prisão temporária nesse momento da persecução penal

65. Não será admitida revisão criminal quando:

- a) após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado
- b) a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos
- c) a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos
- d) após a sentença absolutória por falta de provas, surgirem novas provas da culpa do agente
- e) após a sentença, se descobrirem novas provas de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

66. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa que corresponde ao aplicado no sistema jurídico nacional

- a) Todas as sociedades em que o Estado passe a possuir a participação acionária majoritária integram a Administração Indireta.
- b) As empresas públicas devem ser criadas sob a forma de sociedade anônima.
- c) É possível que o poder público crie uma empresa pública cujo objetivo seja a prestação de serviços públicos ou a exploração de atividades econômicas.
- d) Não é possível a celebração de contrato de gestão com entes da Administração Indireta.
- e) A instituição de uma fundação pública de direito público é feita por meio de autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.

67. Considere os seguintes itens

I - A descentralização consiste na repartição de competências exclusivamente entre órgãos da administração pública.

II - A distribuição de competências a órgãos subalternos despersonalizados, como uma secretaria, por exemplo, é modalidade de desconcentração de poder.

III - A descentralização por colaboração ocorre, por exemplo, quando a administração pública, por meio de ato administrativo, transfere a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mas conserva a titularidade do serviço.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II.

68. Considerando as disposições doutrinárias acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.
- b) O atributo da imperatividade dos atos administrativos reflete a possibilidade de que todos os atos

administrativos sejam impostos perante terceiros, independentemente de sua vontade.

c) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.

d) Por motivo de conveniência e oportunidade, desde que respeitados os direitos adquiridos, o Poder Judiciário poderá revogar os atos praticados pela Administração.

e) A revogação de um ato administrativo opera efeitos *ex tunc*.

69. Ao aplicar uma multa a determinada sociedade empresária que tenha descumprido uma cláusula de contrato administrativo celebrado com a Administração, a autoridade administrativa fará uso do poder

a) de polícia.

b) disciplinar.

c) hierárquico.

d) regulamentar.

e) de polícia judiciária.

70. Em relação ao poder de polícia administrativa, assinale a alternativa correta.

a) Em face do seu atributo da discricionariedade, sempre será exercido mediante critérios de conveniência e oportunidade.

b) Decorre da relação de subordinação existente o administrado e a Administração Pública.

c) A aplicação de multa contratual a uma empresa particular decorre do poder de polícia.

d) O poder de polícia é eminentemente repressivo

e) O poder de polícia permite que a autoridade competente interdite um restaurante, independente de defesa prévia.

71. Considerando as disposições constitucionais doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

a) As funções de confiança serão preenchidas exclusivamente por servidores titulares de um cargo efetivo.

b) O direito de greve no serviço público reflete uma norma constitucional de eficácia limitada.

c) Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público deverão ser estabelecidos em lei.

d) Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório incidirá sobre a soma das remunerações percebidas pelo servidor.

e) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, salvo quando se tratar de cargos acumuláveis na atividade.

72. Considerando a possibilidade de um servidor público da administração estadual, titular de um cargo efetivo, exercer um mandato eletivo, analise os próximos itens quanto às regras definidas pela Constituição Federal.

I - Tratando-se de mandato eletivo federal ficará, obrigatoriamente, afastado de seu cargo.

II - Tratando-se de mandato eletivo estadual, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.

III - Tratando-se de mandato eletivo municipal, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.

a) I, II e III.

b) I e III.

c) I.

d) II.

e) II e III.

73. Considerando as disposições traçadas pela Lei 8.429/92, que trata da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

a) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

b) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

c) A ação principal, que terá o rito ordinário, somente será proposta pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

d) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente responderá integralmente pelas sanções decorrentes do ato ímprobo.

e) A declaração de bens será atualizada a cada cinco anos de serviço e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

74. Considerando as disposições traçadas pela Lei 8.429/92, que trata da improbidade administrativa, assinale a alternativa que corresponde a um ato de improbidade que pode ser culposamente praticado pelo servidor.

- a) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do cargo.
- b) Incorporar ao seu patrimônio bens integrantes do acervo patrimonial de uma autarquia estadual.
- c) Facilitar para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- d) Frustrar a licitude de concurso público.
- e) Transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato.

75. O Estado, em caso de negligência, tem responsabilidade pelos danos oriundos em caso de falha na prestação dos serviços públicos, como a má conservação de uma via pública, por exemplo. Tal afirmativa é referente à teoria

- a) civilista.
- b) do risco integral.
- c) do risco administrativo.
- d) da culpa civil.
- e) da culpa administrativa.

76. Assinale a alternativa correta à luz do entendimento da doutrina e dos tribunais superiores acerca da responsabilidade civil extracontratual do Estado,

- a) Conforme entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado por atos praticados por notários e oficiais de registro que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros é direta, primária e objetiva.
- b) A culpa recíproca da vítima e a força maior são causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.
- c) Não há responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atos legislativos, mesmo quando se tratar de lei declarada inconstitucional.
- d) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a responsabilização civil do Estado em caso de atos jurisdicionais.
- e) Ficará afastada a responsabilidade estatal, em caso de danos causados por seus agentes, se existente causa excludente de ilicitude penal.

77. Acerca do tema Licitações Públicas, o princípio que determina que, uma vez concluída a licitação, a Administração não poderá atribuir o objeto da licitação a outrem que não seja o vencedor do certame é o princípio

- a) da vinculação ao instrumento convocatório.
- b) da adjudicação compulsória.
- c) da competitividade.
- d) do direito adquirido.
- e) da contratação obrigatória com o vencedor.

78. Conforme estabelece a Lei nº 8.666/93, será inexigível a licitação

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- c) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.
- d) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia

79. Considerando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais predominantes acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle judicial dos atos administrativos é restrito a aspectos de legalidade, sendo vedada a análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário.
- b) Lei complementar pode estabelecer hipóteses de controle legislativo sobre a atuação do Poder Executivo.
- c) O controle externo da administração pública é hierarquicamente superior ao controle interno.
- d) A autotutela assegura que a administração pública reveja seus atos, anulando-os, quando ela os entender como ilegais, inoportunos ou inconvenientes.
- e) A supervisão ministerial exercida sobre os entes da Administração Indireta é exemplo de controle administrativo hierárquico.

80. A Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) considera, quando vinculado a uma pessoa natural, como dados pessoais sensíveis os dados sobre

- a) contas bancárias.
- b) viagens realizadas.

- c) formação acadêmica.
- d) numeração de documentos.
- e) convicção religiosa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

81. No que se refere à interpretação da natureza jurídica do preâmbulo da Constituição, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) o preâmbulo da Constituição é normativo, apresentando a mesma natureza do articulado da Constituição e, conseqüentemente, serve como paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
- b) o preâmbulo da Constituição não constitui norma central, não tendo força normativa e, conseqüentemente, não servindo como paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
- c) o preâmbulo da Constituição possui natureza histórica e política, entretanto, se situa no âmbito dogmático e, conseqüentemente, serve como paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
- d) o preâmbulo da Constituição possui natureza interpretativa ou unificadora e traz sentido às categorias jurídicas da Constituição e, portanto, trata-se de norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.
- e) o preâmbulo da Constituição possui natureza histórica e política e, portanto, limita o Poder constituinte Derivado reformador.

82. Leia as afirmativas a seguir e marque a opção CORRETA:

- a) No Brasil, o município pode obrigar qualquer cidadão a permanecer associado a uma entidade paramilitar.
- b) Os valores sociais do trabalho não são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- c) No Brasil, é proibida a associação para fins lícitos.
- d) Segundo a constituição brasileira, homens e mulheres não são iguais em direitos e obrigações.

e) A Constituição Federal de 1988 procura valorizar a construção de uma sociedade fraterna.

83. A Constituição da República Federativa do Brasil trata em seu Título I “Dos Princípios Fundamentais”. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais é um princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- d) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- e) O Legislativo é um dos poderes da União.

84. Ao se utilizar a expressão “a Constituição é a soma dos fatores reais de poder”, está-se admitindo a concepção de Constituição:

- a) no sentido histórico, como uma concepção do evoluir social em direção à estabilidade.
- b) no sentido lógico-jurídico, como norma jurídica hipotética e fundamental.
- c) no sentido sociológico, pela qual se entende a constituição escrita apenas como uma “folha de papel”.
- d) no sentido jurídico-positivo, como uma norma positiva suprema que regula a criação de outras normas.
- e) no sentido político, como decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política.

85. Sobre a classificação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise.

- I. Quanto ao modo de elaboração, pode ser classificada como analítica.

II. Quanto à estabilidade, pode ser classificada em rígida.

III. Quanto ao conteúdo, pode ser classificada em formal.

IV. Quanto à forma, pode ser classificada em promulgada.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

86. O Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado. A respeito do Poder Constituinte, é correto afirmar que

- a) o Poder Constituinte derivado não está preso a limites formais.
- b) o Poder Constituinte originário está previsto e regulado no texto da própria Constituição.
- c) o Poder Constituinte derivado pode se manifestar na criação de um novo Estado ou na refundição de um Estado.
- d) o Poder Constituinte originário pode ser reformador ou revisor
- e) o Poder Constituinte originário é permanente, eis que não se esgota no momento do seu exercício, podendo ser convocado a qualquer momento pelo povo.

87. Uma autoridade pública de determinado estado da Federação negou-se a emitir certidão com informações necessárias à defesa de direito de determinado cidadão. A informação requerida não era sigilosa e o referido cidadão havia demonstrado os fins e as razões de seu pedido.

Nessa situação hipotética, o remédio constitucional apropriado para impugnar a negativa estatal é o(a)

- a) ação popular.
- b) mandado de segurança.
- c) habeas data.

- d) habeas corpus.
- e) mandado de injunção.

88. “Em relação à eficácia das normas constitucionais, a produção de efeitos também é integral. No entanto, há margem para que norma constitucional ou infraconstitucional a limite.” Tal conceito refere-se as normas de eficácia:

- a) Plena.
- b) Contida.
- c) Limitada.
- d) Programática
- e) Ordinária.

89. Compete privativamente à União:

- a) estabelecer política de educação para segurança no trânsito.
- b) legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
- c) cuidar da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres da polícia civil.
- e) legislar sobre educação, ensino, pesquisa e inovação.

90. A Constituição Federal de 1988, assegura no Art. 5º, inciso XI, que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de”, EXCETO:

- a) Prestar socorro.
- b) Flagrante delito
- c) Haver crianças em situação de vulnerabilidade.
- d) Durante o dia, por determinação judicial.
- e) Desastre.

91. Julgue os itens a seguir com base nas normas constitucionais brasileiras que regulam o Poder Legislativo, e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor, entre outras matérias,

sobre telecomunicações, radiodifusão, sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

b) Como regra, as deliberações de cada casa do Congresso Nacional e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

c) Cabe à comissão mista permanente de senadores e deputados federais examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas pelo presidente da República.

d) A possibilidade de determinação da quebra do sigilo bancário e fiscal encontra-se no âmbito dos poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito.

e) A eleição de membros do Conselho da República compete, exclusivamente, à Câmara dos Deputados.

92. De acordo com a CF, assinale a alternativa que contempla atribuição do Presidente da República:

a) permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

b) controlar a legalidade dos atos normativos e administrativos.

c) fixar limites globais para o montante da dívida mobiliária dos estados.

d) requisitar e designar membros do MP, delegando-lhes atribuições.

e) dispor sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União.

93. As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, subordinam-se

a) somente ao governador do Distrito Federal e dos territórios.

b) ao governador do Distrito Federal e aos governadores de estado e dos territórios.

c) à União e ao governador do Distrito Federal e dos territórios.

d) somente aos governadores de estado.

e) aos governadores de estado e à União.

94. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse âmbito, o direito à proteção especial do adolescente e do jovem abrangerá o(s) seguinte(s) aspecto(s):

a) idade mínima de 13 anos para admissão ao trabalho.

b) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.

c) obediência aos princípios da dilação, da excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.

d) estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de curatela, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

e) programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins, excluindo o atendimento à criança.

95. Prescreve a Constituição Federal que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Nesse ensejo, assinale a alternativa correta.

a) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União.

b) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, e por contribuições sociais, dentre elas a do importador especificamente de bens de capital do exterior.

- c) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social e as sociedades desportivas que cumpram função social.
- d) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- e) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social poderá contratar com o Poder Público.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Marcos Girão

96. Assinale a alternativa correta acerca da Segurança Pública na Constituição do Estado do Ceará:

- a) Nem todos os órgãos que integram o sistema de segurança pública e defesa civil possuem o comum objetivo de proteger a pessoa humana e combater atos atentatórios aos seus direitos.
- b) A Polícia Civil exerce com exclusividade a função de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares.
- c) A Polícia Civil não tem autonomia para iniciar investigações por sua própria iniciativa, apenas mediante requisições emanadas das autoridades judiciárias ou do Ministério Público.
- d) O Comando da Polícia Civil é privativo de coronel da corporação.
- e) O Corpo de Bombeiros Militar é instituição permanente orientada com base nos princípios da legalidade e da improbidade administrativa.

97. De acordo com a Lei nº 9.826/74, Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Ceará, julgue as assertivas a seguir e assinale a opção correta:

I - Remoção é o deslocamento do funcionário de uma para outra unidade ou entidade do Sistema Administrativo, processada de ofício, atendidos o interesse público e a conveniência administrativa. Nesse sentido, não há possibilidade de remoção por permuta, a pedido do funcionário.

II – Será considerado tempo de efetivo exercício, dentre outros, o afastamento em virtude de: férias; casamento, até 15 dias, convocação para o serviço militar e licença para tratamento de saúde.

III – São deveres do funcionário público a assiduidade, a pontualidade, a urbanidade e a discricção.

- a) Somente a I está correta.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Estão corretas I e II.
- d) Somente a III está correta.
- e) Estão corretas as assertivas II e III.

98. Conforme o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Ceará, ao funcionário é proibido, exceto:

- a) Acumular cargo, função e empregos remunerados, nos casos previstos da Constituição Federal.
- b) valer-se do exercício funcional para lograr proveito ilícito para si, ou para outrem.
- c) participar de diretoria, gerência, administração, conselho técnico ou administrativo, de empresa ou sociedades mercantis.
- d) entreter-se, nos locais e horas de trabalho, com atividades estranhas às relacionadas com as suas atribuições, causando prejuízos a estas.
- e) atender pessoas estranhas ao serviço, no local de trabalho, para o trato de assuntos particulares.

99. Marque a alternativa correta à luz do Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará:

- a) A nomeação para o cargo vago da Polícia Civil poderá ser feita apenas em caráter efetivo.
- b) O exercício das atribuições do cargo terá início no prazo de quinze dias contados da data da publicação do ato, no caso de reintegração; ou da posse, nos demais casos.
- c) São requisitos para a ascensão funcional, dentre outros: ser estável e ter interstício de dois anos de efetivo exercício na classe contado até 31 de dezembro do ano anterior à ascensão funcional.
- d) O servidor da Polícia Civil não tem direito à licença para Serviço Militar obrigatório.

e) O servidor tem direito a receber ajuda de custo quando movimentado entre unidades com sede na região metropolitana.

100. Conforme a Lei complementar nº 98 de 2011, julgue os itens a seguir e marque o que se pede:

I - Os trabalhos da Controladoria Geral de Disciplina serão executados por meio de atividades repressivas.

II – É uma atribuição institucional da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Ceará aplicar e acompanhar o cumprimento de punições disciplinares.

III – O Controlador Geral de Disciplina tem, entre suas funções, a de dirigir, definir, planejar, controlar, orientar e estabelecer as políticas, as diretrizes e as normas de organização interna, bem como as atividades desenvolvidas pelo Órgão,

IV - A estrutura organizacional da Controladoria Geral de Disciplina será definida em Decreto do Chefe do Poder Executivo.

a) Estão corretas as assertivas I, II e III.

b) Estão incorretas as assertivas II, III e IV.

c) Apenas a IV está correta.

d) Apenas a I está incorreta.

e) Todas estão corretas

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/2-SIMULADO-PC-CE-ESCRIVAO-INSPECTOR-03-07>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>